

ENC: Solicitação de Urgencia PL 182/2024 (Títulos Ambientais, Recurso Pecuniário Expressivo para o Erário) & (Possível Reunião para uma Sustentação Oral)

Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>

Ter, 12/03/2024 18:47

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

 2 anexos (352 KB)

NOTA_TECNICA_Projeto_de_Lei_118_2024_assinado.pdf; Presidente_do_Congresso_Nacional_Rodrigo_Pacheco_assinado.pdf;

De: alexandre victor Scavardoni [mailto:(informações pessoais)]

Enviada em: terça-feira, 12 de março de 2024 18:14

Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>; Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>; Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>

Assunto: Solicitação de Urgencia PL 182/2024 (Títulos Ambientais, Recurso Pecuniário Expressivo para o Erário) & (Possível Reunião para uma Sustentação Oral)

Some people who received this message don't often get email from (informações pessoais) [Learn why this is important](#)

Remetente:

Alexandre Victor Borges Scavardoni

(informações pessoais)

Brasília 11 de março de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco,

Presidente do Congresso Nacional Brasileiro

Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Brasília - DF

Excelentíssimo Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco,

É com imenso prazer que me dirijo a Vossa Excelência para expressar minha profunda gratidão pelo trabalho excepcional realizado pelos assessores do Congresso Nacional Brasileiro, especialmente em relação à tramitação do Projeto de Lei 182/2024.

O PL 182/2024, que versa sobre a regulamentação do mercado de mitigação de carbono e emissões de gases poluentes, é uma iniciativa de extrema importância para o Brasil e para o mundo, considerando os desafios urgentes relacionados às mudanças climáticas e à preservação ambiental. A estimativa pecuniária de 716 bilhões de dólares anuais, considerando as flutuações das cotações de ativos, demonstra a relevância econômica e ambiental desta legislação.

Gostaria de destacar o caráter técnico e a competência do corpo de assessores parlamentares envolvidos na elaboração e tramitação deste projeto. Seu profissionalismo e dedicação foram fundamentais para garantir a qualidade e eficácia das medidas propostas, bem como para conduzir o processo legislativo de forma transparente e participativa.

Neste contexto, gostaria de solicitar encarecidamente a análise da possibilidade de atribuir a relatoria do PL 182/2024 à competente Senadora Tereza Cristina. Tenho plena confiança em sua capacidade e comprometimento para desempenhar esta função com excelência, assegurando uma análise criteriosa e uma condução eficiente do projeto.

Além disso, considerando a urgência e relevância do tema abordado no PL 182/2024, solicito também a análise da possibilidade de tramitação em regime de urgência, nos termos do artigo 336 do regimento interno do Senado Federal. Uma tramitação célere e eficiente é essencial para atender aos anseios da população brasileira e para promover as condições necessárias para a implementação deste importante projeto de lei.

Enfatizo que a adoção dessas medidas demonstrará ainda mais a brilhante gestão que Vossa Excelência tem exercido na presidência do Congresso Nacional Brasileiro, colocando seu nome na história do Brasil como um líder comprometido com o progresso e o bem-estar de nossa nação.

Escrevo-lhe esta carta com imensa gratidão e apreço pelo trabalho excepcional realizado pelos assessores do Congresso Nacional Brasileiro, especialmente em relação à tramitação do **Projeto de Lei 182/2024**. Gostaria de expressar meu reconhecimento pelo comprometimento e dedicação demonstrados por toda a equipe envolvida nesse processo fundamental para o futuro do nosso país.

A atuação dos assessores parlamentares foi fundamental para garantir o rigor técnico e a viabilidade jurídica do projeto, além de assegurar que os interesses da sociedade brasileira fossem devidamente representados. Seu empenho e expertise foram cruciais para conduzir a tramitação deste projeto de maneira eficiente e transparente, promovendo o debate democrático e contribuindo para a construção de soluções que beneficiarão o país como um todo.

Gostaria de ressaltar que esta notável conquista reflete não apenas a competência da equipe parlamentar, mas também a brilhante gestão que Vossa Excelência tem exercido na presidência do Congresso Nacional Brasileiro. Sua liderança visionária e sua habilidade em promover o diálogo e a colaboração entre os parlamentares têm sido fundamentais para o avanço de pautas tão relevantes como esta.

Colocando o nome de Vossa Excelência na história, esta ação corajosa e decisiva demonstra seu compromisso inabalável com o progresso e o bem-estar do povo brasileiro. Seu papel fundamental na condução deste projeto certamente será lembrado como um marco histórico na trajetória do Congresso Nacional.

Que este seja apenas o primeiro passo rumo a um futuro mais sustentável e próspero para o Brasil. Que possamos continuar contando com a competência e dedicação de Vossa Excelência e de toda a equipe do Congresso Nacional para enfrentar os desafios que ainda estão por vir.

Escrevo-lhe esta carta com o intuito de solicitar sua atenção para uma questão de extrema importância relacionada à tramitação do Projeto de Lei 182/2024, que trata da regulamentação do mercado de mitigação de carbono e emissões de gases poluentes.

Considerando a magnitude e urgência do tema abordado neste projeto de lei, gostaria de sugerir que seja analisada a possibilidade de atribuir a relatoria deste PL à competente Senadora Tereza Cristina. Acredito firmemente que a Senadora Tereza Cristina possui as qualificações necessárias e o comprometimento indispensável para conduzir esta importante tarefa com excelência e eficiência.

Além disso, gostaria de ressaltar a importância de se analisar a viabilidade de tramitação do Projeto de Lei 182/2024 em regime de urgência. Uma tramitação célere e eficiente é essencial para garantir que as medidas propostas neste projeto sejam implementadas rapidamente, atendendo aos anseios da população brasileira e, em especial, da população de Minas Gerais.

A adoção do regime de urgência para a tramitação deste projeto proporcionaria ao parlamento brasileiro as condições necessárias para responder de forma ágil e eficaz aos desafios ambientais e econômicos que enfrentamos. Além disso, permitiria a elaboração de um Projeto de Lei Orçamentária compatível com as diretrizes propostas neste PL ainda neste ano corrente.

Espero que minhas sugestões sejam consideradas e que medidas sejam tomadas para garantir uma tramitação eficiente e responsável do Projeto de Lei 182/2024. Agradeço antecipadamente pela sua atenção e compromisso com o interesse público e o bem-estar da população brasileira.

Em conformidade com o Artigo 336 do Regimento Interno do Senado Federal, venho por meio desta carta solicitar a reanálise da tramitação do Projeto de Lei 182/2024 em regime de urgência Urgentíssima.

Considerando a relevância e urgência do tema abordado neste projeto de lei, bem como a necessidade premente de implementação de medidas para mitigar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável, julgo essencial que sua tramitação seja realizada com a máxima celeridade possível.

Portanto, solicito respeitosamente que seja aplicado o regime de urgência Urgentíssima à tramitação do PL 182/2024, a fim de possibilitar uma análise ágil e eficiente por parte das comissões pertinentes e, conseqüentemente, sua deliberação em plenário de forma célere.

Tendo em vista os benefícios que esta legislação pode trazer para o país, especialmente para a população de Minas Gerais e para o enfrentamento das questões ambientais

em âmbito nacional, a adoção deste regime de tramitação se mostra imprescindível para atender às demandas e expectativas da sociedade brasileira.

Agradeço antecipadamente pela atenção dispensada a esta solicitação e pela sua diligência em promover o interesse público e o bem-estar dos cidadãos brasileiros.

Respeitosamente:

Alexandre Victor Borges Scavardoni

(informações pessoais)

--

O conteúdo dessa mensagem é confidencial, destina-se estritamente à(s) pessoa(s) acima referida(s) e é legalmente protegido. A retransmissão, divulgação, cópia ou outro uso desta comunicação por pessoas ou entidades, que não sejam o(s) destinatário(s), constitui obtenção de dados por meio ilícito e configura ofensa ao Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal. Caso esta mensagem tenha sido recebida por engano, por favor, inutilize-a e, se possível avise ao remetente por e-mail.

Alexandre Victor Borges Scavardoni

(informações pessoais)

Brasília 11 de março de 2024.

Excelentíssimo Senador Rodrigo Pacheco

Presidente do Congresso Nacional Brasileiro

Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Brasília - DF

Excelentíssimo Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco,

É com imenso prazer que me dirijo a Vossa Excelência para expressar minha profunda gratidão pelo trabalho excepcional realizado pelos assessores do Congresso Nacional Brasileiro, especialmente em relação à tramitação do Projeto de Lei 182/2024.

O PL 182/2024, que versa sobre a regulamentação do mercado de mitigação de carbono e emissões de gases poluentes, é uma iniciativa de extrema importância para o Brasil e para o mundo, considerando os desafios urgentes relacionados às mudanças climáticas e à preservação ambiental. A estimativa pecuniária de 716 bilhões de dólares anuais, considerando as flutuações das cotações de ativos, demonstra a relevância econômica e ambiental desta legislação.

Gostaria de destacar o caráter técnico e a competência do corpo de assessores parlamentares envolvidos na elaboração e tramitação deste projeto. Seu

profissionalismo e dedicação foram fundamentais para garantir a qualidade e eficácia das medidas propostas, bem como para conduzir o processo legislativo de forma transparente e participativa.

Neste contexto, gostaria de solicitar encarecidamente a análise da possibilidade de atribuir a relatoria do PL 182/2024 à competente Senadora Tereza Cristina. Tenho plena confiança em sua capacidade e comprometimento para desempenhar esta função com excelência, assegurando uma análise criteriosa e uma condução eficiente do projeto.

Além disso, considerando a urgência e relevância do tema abordado no PL 182/2024, solicito também a análise da possibilidade de tramitação em regime de urgência, nos termos do artigo 336 do regimento interno do Senado Federal. Uma tramitação célere e eficiente é essencial para atender aos anseios da população brasileira e para promover as condições necessárias para a implementação deste importante projeto de lei.

Enfatizo que a adoção dessas medidas demonstrará ainda mais a brilhante gestão que Vossa Excelência tem exercido na presidência do Congresso Nacional Brasileiro, colocando seu nome na história do Brasil como um líder comprometido com o progresso e o bem-estar de nossa nação.

Escrevo-lhe esta carta com imensa gratidão e apreço pelo trabalho excepcional realizado pelos assessores do Congresso Nacional Brasileiro, especialmente em relação à tramitação do Projeto de Lei 182/2024. Gostaria de expressar meu reconhecimento pelo comprometimento e dedicação demonstrados por toda a equipe envolvida nesse processo fundamental para o futuro do nosso país.

A atuação dos assessores parlamentares foi fundamental para garantir o rigor técnico e a viabilidade jurídica do projeto, além de assegurar que os interesses da sociedade brasileira fossem devidamente representados. Seu empenho e expertise foram cruciais para conduzir a tramitação deste projeto de maneira eficiente e transparente, promovendo o debate democrático e contribuindo para a construção de soluções que beneficiarão o país como um todo.

Gostaria de ressaltar que esta notável conquista reflete não apenas a competência da equipe parlamentar, mas também a brilhante gestão que Vossa Excelência tem exercido na presidência do Congresso Nacional Brasileiro. Sua liderança visionária e sua habilidade em promover o diálogo e a colaboração entre os parlamentares têm sido fundamentais para o avanço de pautas tão relevantes como esta.

Colocando o nome de Vossa Excelência na história, esta ação corajosa e decisiva demonstra seu compromisso inabalável com o progresso e o bem-estar do povo brasileiro. Seu papel fundamental na condução deste projeto certamente será lembrado como um marco histórico na trajetória do Congresso Nacional.

Que este seja apenas o primeiro passo rumo a um futuro mais sustentável e próspero para o Brasil. Que possamos continuar contando com a competência e dedicação de Vossa Excelência e de toda a equipe do Congresso Nacional para enfrentar os desafios que ainda estão por vir.

Escrevo-lhe esta carta com o intuito de solicitar sua atenção para uma questão de extrema importância relacionada à tramitação do Projeto de Lei 182/2024, que trata da regulamentação do mercado de mitigação de carbono e emissões de gases poluentes.

Considerando a magnitude e urgência do tema abordado neste projeto de lei, gostaria de sugerir que seja analisada a possibilidade de atribuir a relatoria deste PL à competente Senadora Tereza Cristina. Acredito firmemente que a Senadora Tereza Cristina possui as qualificações necessárias e o comprometimento indispensável para conduzir esta importante tarefa com excelência e eficiência.

Além disso, gostaria de ressaltar a importância de se analisar a viabilidade de tramitação do Projeto de Lei 182/2024 em regime de urgência. Uma tramitação célere e eficiente é essencial para garantir que as medidas propostas neste projeto sejam implementadas rapidamente, atendendo aos anseios da população brasileira e, em especial, da população de Minas Gerais.

A adoção do regime de urgência para a tramitação deste projeto proporcionaria ao parlamento brasileiro as condições necessárias para responder de

forma ágil e eficaz aos desafios ambientais e econômicos que enfrentamos. Além disso, permitiria a elaboração de um Projeto de Lei Orçamentária compatível com as diretrizes propostas neste PL ainda neste ano corrente.

Espero que minhas sugestões sejam consideradas e que medidas sejam tomadas para garantir uma tramitação eficiente e responsável do Projeto de Lei 182/2024. Agradeço antecipadamente pela sua atenção e compromisso com o interesse público e o bem-estar da população brasileira.

Em conformidade com o Artigo 336 do Regimento Interno do Senado Federal, venho por meio desta carta solicitar a reanálise da tramitação do Projeto de Lei 182/2024 em regime de urgência Urgentíssima.

Considerando a relevância e urgência do tema abordado neste projeto de lei, bem como a necessidade premente de implementação de medidas para mitigar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável, julgo essencial que sua tramitação seja realizada com a máxima celeridade possível.

Portanto, solicito respeitosamente que seja aplicado o regime de urgência Urgentíssima à tramitação do PL 182/2024, a fim de possibilitar uma análise ágil e eficiente por parte das comissões pertinentes e, conseqüentemente, sua deliberação em plenário de forma célere.

Tendo em vista os benefícios que esta legislação pode trazer para o país, especialmente para a população de Minas Gerais e para o enfrentamento das questões ambientais em âmbito nacional, a adoção deste regime de tramitação se mostra imprescindível para atender às demandas e expectativas da sociedade brasileira.

Agradeço antecipadamente pela atenção dispensada a esta solicitação e pela sua diligência em promover o interesse público e o bem-estar dos cidadãos brasileiros.

Respeitosamente:

Alexandre Victor Borges Scavardoni



Documento assinado digitalmente

ALEXANDRE VICTOR BORGES SCAVARDONI

Data: 11/03/2024 12:57:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(informações pessoais)

NOTA TÉCNICA Projeto de Lei 118/2024:

Assunto: Projeto de Lei 182/2024

Introdução

O presente documento tem por objetivo analisar o Projeto de Lei (PL) 182/2024, que versa sobre questões relacionadas ao pagamento de dívidas e sua relação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como a possibilidade de utilização dos recursos para a geração de receitas para a União.

Disposições Iniciais:

O artigo 55 do projeto de lei estabelece a constituição do CRAM (Certificado de Recebíveis do Meio Ambiente), o qual será emitido por uma companhia securitizadora e estará lastreado em créditos de carbono ou em títulos que representem a diminuição ou remoção de gases de efeito estufa.

O CRAM estará sujeito ao regime previsto na própria lei e, subsidiariamente, ao regime dos títulos e valores mobiliários de securitização, conforme disposto nos artigos 18 a 32 da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022.

Já o artigo 58 trata da venda de créditos de carbono, estabelecendo que essa transação constitui uma transação civil e somente pode ser realizada pelo proprietário, usufrutuário ou legítimo possuidor do bem que serve como base para sua geração.

Também é permitida a venda por desenvolvedores de projetos de crédito de carbono, desde que expressamente autorizados por contrato. Terceiros que não se enquadrem nessas situações só podem realizar a venda mediante mandato com poderes especiais e expressos, conforme previsto no § 1º do artigo 661 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com exceção do previsto no § 6º do artigo 43 desta Lei, desde que observados rigorosamente os limites e condições estabelecidos.

No artigo 58º, está expressamente descrito que a comercialização do crédito trata-se de transação civil, e ela está estipulando uma propriedade.

A Regulamentação, que é a recepção da Lei por parte do poder Executivo, e Legislativo Federal, regulará, perante as Autarquias Entidades Públicas, e Empresas Públicas de Direito, para com as diretrizes, orientações, instruções, indicações, linhas, guias, procedimentos, diretivas, regras, normas, ordens, rumos, preceitos, condutas, regulamentos, regimentos, regimes, da lei, perante cada Órgão e Autarquia.

Sendo que a regulação, bem como a utilização para a investidura filantrópica, em melhorias elegíveis ao recebimento de recursos, poderão ser determinantes para a integralização no patrimônio de entidades, científicas, assistencialistas, de pesquisa superior, Universidades, bem como para com o sistema financeiro nacional.

Engloba-se também, acordos bilaterais de absorção dos títulos de Biodiversidade denominados UCS's, e de (Tonelada de Carbono), de acordo com suas respectivas necessidades, de acordo com a demanda agregada por mitigação. Influenciando a diretiva em adequação e doutrina de cada entidade, e empresa, Blocos Econômicos, tais como a União Européia, NAFTA, Tigres Asiáticos, e outras entidades, como o caso do G20, de forma irrestrita. E passível de liquidez, com a emissão de safras de ativos, derivativos temporais, para mitigação de poluentes, superar embargos e barreiras comerciais, remediadas pela mitigação oriunda da metodologia científica aplicada para a determinação de valor, bem como a garantia de univocidade garantidas e auferidas por meio de **Blockchain**.

REGULAMENTAÇÃO:

Dentro dessas regulamentações oriundas de reuniões do **COPOM**, da Comissão de Valores Mobiliários CVM, bem como órgãos resolutos, da **Administração Pública Direta Federal**, e emitem normativos para a recepção por parte de autarquias, entidades de economia mista (PETROBRAS, ELETROBRAS...), bem como diretamente para com o erário.

Se adequando as diretivas estabelecidas pelos conselhos citados a seguir, para a compensação de multas ambientais, dívidas privadas, bem como o reconhecimento de valor pecuniário, para a incorporação junto ao Tesouro Nacional,

Municipal e das Unidades da Federação, gerando até mesmo lastro para a emissão de papel moeda.

Como Previsto, no artigo 6º a seguir:

Seção II

Da Governança e das Competências

Art. 6º A governança do SBCE será composta de:

I – órgão superior e deliberativo;

II – órgão gestor; e

III – comitê técnico consultivo permanente.

Versará sobre a comercialização internacional, para com entidades governamentais, possibilitando até mesmo emissão de títulos estrangeiros, com a conversão de títulos ambientais em outros títulos.

Cabe citar que há a possibilidade de empregar títulos ambientais, como investimentos em projetos de inovação tecnológica, dentro dos 17 ODS's da ONU - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 20/30), cujo o estado brasileiro é um dos signatários, fazendo com que os títulos sejam fonte recursos para investimento direto, por meio de Títulos de Biodiversidade, bem como os denominados de Tonelada de Carbono.

Art. 22. Respeitadas as competências federativas previstas na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, é competência exclusiva da União o estabelecimento de limites de emissão aos setores regulados, de acordo com o Plano Nacional de Alocação e os parâmetros definidos nesta Lei, vedadas a dupla regulação institucional e a tributação de emissões de GEE por atividades, por instalações ou por fontes reguladas pelo SBCE.

Seção VI

Do Registro Central do SBCE

Art. 23. O órgão gestor do SBCE manterá plataforma digital de Registro Central do SBCE, com vistas a:

- I - receber e consolidar informações sobre emissões e remoções de GEE;**
- II - assegurar contabilidade precisa da concessão, aquisição, detenção, transferência e cancelamento de ativos integrantes do SBCE; e**
- III - rastrear as transações nacionais sobre os ativos integrantes do SBCE e as transferências internacionais de resultados de mitigação.**

Parágrafo único. O órgão gestor do SBCE estabelecerá as regras de organização e os procedimentos necessários ao funcionamento do Registro Central do SBCE.

Art. 24. O Registro Central do SBCE deverá permitir:

- I - o gerenciamento de dados sobre as emissões e remoções anuais de GEE de cada instalação ou fonte regulada;**
- II - o gerenciamento de dados sobre as CBEs de cada operador;**
- III - as comprovações associadas à conciliação periódica de obrigações;**
- IV - a obtenção de informações sobre as transações com CRVEs originadas no País necessárias para garantir a integridade dos compromissos**

internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre

Mudança do Clima;

V – a interoperabilidade com outros registros;

VI – a divulgação de informações em formato de dados abertos, conforme estabelecido na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021; e

VII – outras funcionalidades previstas em ato específico do órgão gestor do SBCE.

Seção VII

Do Credenciamento e do Descredenciamento de Metodologias

Art. 25. Os critérios para credenciamento de metodologias para geração de CRVEs serão estabelecidos pelo órgão gestor do SBCE, com vistas a:

I – assegurar a credibilidade da originação dos ativos integrantes do SBCE;

II – garantir a integridade ambiental e cumprimento de salvaguardas socioambientais; e

III – evitar a dupla contagem.

§ 1º Para o credenciamento de que trata o caput deste artigo, as metodologias deverão, sempre que aplicável, ser compatíveis com as definições em tratados multilaterais sobre a matéria e com os demais requisitos definidos pelo órgão gestor do SBCE.

§ 2º O credenciamento de metodologias aplicáveis a territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e por povos e comunidades tradicionais fica condicionado à observância dos princípios previstos no art. 4º e do disposto na Seção II do Capítulo IV desta Lei.

Art. 26. Para serem aptos a gerar CRVEs, os desenvolvedores e certificadores de projetos de crédito de carbono deverão:

I - constituir pessoa jurídica de acordo com as leis brasileiras; e

II - possuir capital social mínimo, equivalente ao exigido para companhia hipotecária previsto no art. 1º da Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.607, de 27 de maio de 1999, que alterou o inciso IV do caput do art. 1º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994.

§ 1º É vedada a análise dos projetos de que trata o caput deste artigo pelo órgão gestor do SBCE, bem como qualquer discriminação ou preferência, com relação ao credenciamento, entre metodologias de projetos privados e programas públicos.

§ 2º O desc credenciamento de metodologias no âmbito dos mecanismos multilaterais referidos no caput deste artigo ensejará a sua revisão no âmbito do SBCE.

O PL 182/2024 propõe uma série de medidas relacionadas à gestão de dívidas, destacando-se a previsão de instrumentos facilitadores para a quitação de débitos junto à PGFN. Entre as principais disposições do projeto, destacam-se:

- Instituição de modalidades de pagamento facilitado, tais como parcelamento com redução de juros e multas, com o intuito de promover a regularização fiscal dos contribuintes;
- Implementação de mecanismos de negociação e conciliação entre devedores e a PGFN, visando à resolução ágil e eficiente das pendências fiscais;
- Estabelecimento de critérios para a concessão de descontos e benefícios aos contribuintes que aderirem aos programas de regularização fiscal.

Relação com a Utilização para o Pagamento de Dívidas e a Questão Fiscal para com a PGFN

O PL 182/2024 apresenta-se como um instrumento que visa promover a regularização de dívidas fiscais, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios e o fortalecimento da arrecadação tributária. Ao propor medidas que facilitam o pagamento de débitos, o projeto busca reduzir o estoque de créditos inscritos em dívida ativa, possibilitando uma maior eficiência na recuperação dos recursos devidos ao erário público.

A relação do projeto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é de fundamental importância, uma vez que este órgão desempenha papel central na cobrança e na gestão das dívidas fiscais. A implementação das medidas previstas no PL 182/2024 demandará a atuação coordenada e eficiente da PGFN, tanto na concessão de benefícios aos contribuintes adimplentes quanto na fiscalização e cobrança dos débitos em situação irregular.

Possibilidade de Geração de Recursos Pecuniários para a União

A adoção das medidas propostas pelo PL 182/2024 tem o potencial de gerar recursos pecuniários significativos para a União, por meio da regularização de dívidas e do aumento da arrecadação tributária. Ao facilitar o pagamento de débitos e incentivar a adesão dos contribuintes aos programas de parcelamento e negociação

fiscal, o projeto cria condições para a recuperação de créditos atualmente em situação de inadimplência, fortalecendo assim a capacidade financeira do Estado.

Além disso, a promoção da regularização fiscal contribui para a redução da sonegação de impostos e para o combate à evasão fiscal, aspectos essenciais para a preservação da saúde financeira do país e o financiamento das políticas públicas.

Conclusão

Diante do exposto, o Projeto de Lei 182/2024 apresenta-se como uma iniciativa relevante para aprimorar a gestão de dívidas fiscais, promover a regularização fiscal dos contribuintes e fortalecer a arrecadação tributária. A implementação das medidas propostas requer uma atuação integrada entre os poderes públicos e a sociedade, visando alcançar os objetivos de equilíbrio fiscal e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Aqui estão alguns pontos-chave:

1. **Objetivo do Projeto:** O projeto tem como objetivo estabelecer limites para as emissões de gases de efeito estufa por empresas¹. As empresas que excedem esses limites devem compensar suas emissões por meio da aquisição de títulos¹.
2. **Mercado de Carbono:** Este é um sistema de negociação que permite que as empresas comprem ou vendam unidades de gases de efeito estufa¹. Uma empresa que precisa atender ao seu limite de emissões investe em projetos de redução, como reflorestamento, uso de energia renovável e captura/combustão de metano¹.
3. **Empresas Contempladas:** Todas as empresas que liberam mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) por ano estarão sujeitas às novas diretrizes do projeto¹.
4. **Penalidades:** As penalidades aplicadas por não conformidade por parte das companhias em termos das regras estabelecidas pelo SBCE podem resultar em multas, embargo da atividade, perda de benefícios fiscais e linhas de

financiamento, proibição de contratação com a administração pública por até 3 anos, e cancelamento do registro da empresa².

5. Exclusão do Agronegócio: O mercado de carbono do Brasil não regulará a produção do agronegócio na fase inicial, excluindo também as emissões indiretas da produção de insumos ou matérias-primas do setor².
6. Créditos de Carbono como Ativo Comercializável: Os operadores no mercado receberão uma Cota Brasileira de Emissões (CBE), equivalente a 1tCO₂e cada². Além disso, o projeto também cria outro ativo negociável conhecido como Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVE), que pode ser adquirido por empresas e usado no cálculo para comprovar a conformidade com as metas².

O que é dióxido de carbono equivalente (tCO₂e)?

O dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) é uma medida internacionalmente padronizada utilizada para representar os demais gases com efeito de estufa (GEE) em forma de dióxido de carbono (CO₂)¹.

Aqui estão alguns pontos-chave sobre o tCO₂e:

1. Significado: O tCO₂e estabelece a equivalência entre todos os gases com efeito de estufa (GEE) e o dióxido de carbono (CO₂). Isso significa que, em teoria, os demais GEEs são convertidos em CO₂ para facilitar a análise dos impactos dessas emissões no aquecimento global¹.
2. Cálculo: A definição do tCO₂e leva em consideração o Potencial de Aquecimento Global (GWP, do inglês Global Warming Potential). O GWP dos GEEs está relacionado com a capacidade de cada um desses gases em absorver calor na atmosfera durante um determinado período. Esta capacidade é comparada à mesma capacidade de absorção de calor por parte do dióxido de carbono. A

partir dessa comparação, calcula-se a quantidade de CO₂ que seria emitida se os GEEs fossem emitidos nessa forma¹.

3. Unidade: A sigla tCO₂e significa toneladas de dióxido de carbono equivalente, e é a unidade que representa todos os gases de efeito estufa de forma consolidada².
4. Importância: Ao padronizar todos os gases numa única medida, que é o tCO₂e, torna-se mais fácil precisar quais são os que representam maior ameaça para o meio ambiente e criar medidas mais assertivas¹.

Como o tCO₂e é usado na prática?

O tCO₂e (toneladas de dióxido de carbono equivalente) é usado na prática principalmente no mercado de créditos de carbono¹². Aqui estão alguns pontos-chave sobre como o tCO₂e é usado:

1. Créditos de Carbono: Os créditos de carbono são medidos em tCO₂e¹². Cada crédito de carbono representa uma tonelada de CO₂ que foi evitada ou removida da atmosfera¹².
2. Mercado de Créditos de Carbono: No mercado de créditos de carbono, os créditos são negociados entre entidades que reduzem suas emissões e aquelas que precisam compensar suas emissões¹². Uma organização pode comprar créditos de carbono de outra, que usa os investimentos para financiar projetos de redução de emissões¹².
3. Compensação de Carbono: A compensação de carbono é uma prática que permite a nações, organizações e indivíduos neutralizar suas emissões de carbono². Isso é feito principalmente através do plantio de árvores e da compra de créditos de carbono².
4. Gestão de Carbono: O tCO₂e também é usado na gestão de carbono. Por exemplo, uma organização pode calcular seu impacto climático potencial em um dado período usando o tCO₂e¹.

O que são UCS - Unidades de Carbono Sustentável, denominados Títulos de Biodiversidade, e carbono e qual a sua relação para com esta legislação?

As Unidades de Crédito Sustentável (UCS) são uma solução para melhorar os níveis de proteção e restauração do meio ambiente com o auxílio da iniciativa privada¹. Também chamados de crédito de biodiversidade, são uma nova classe de ativos que promovem a sustentabilidade por parte de empresas, incentivando, por exemplo, o investimento em energias renováveis e restauração de ecossistemas¹. Uma UCS equivale a 13 m² de área nativa preservada e todos os 27 benefícios gerados por manter a floresta em pé, dentre eles a preservação da fauna, flora, manutenção de fluxos hidrológicos, madeira armazenada, estocagem de carbono, entre outros².

Os Títulos de Biodiversidade, por sua vez, são ativos financeiros que estão alinhados à agenda ESG (Environmental, Social, and Governance) e são comprometidos com a sustentabilidade e, por consequência, com a biodiversidade³. Eles representam um compromisso das empresas com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

A Lei 182/2024, atualmente em tramitação no Senado Federal, visa regulamentar o mercado de carbono no Brasil⁴⁵. As UCS e os Títulos de Biodiversidade podem ter um papel importante nesse contexto, pois representam mecanismos de mercado que incentivam a redução das emissões de gases de efeito estufa e a preservação da biodiversidade. Portanto, esses instrumentos podem ser usados pelas empresas para cumprir as metas de redução de emissões estabelecidas pela lei⁴⁵.

Recomendações:

Considerando a importância do PL 182/2024 para a saúde financeira do país e a eficácia das medidas propostas, sugerimos algumas recomendações para aprimorar o projeto e garantir sua efetiva implementação:

- Realizar estudos de impacto econômico-financeiro para avaliar os efeitos das medidas propostas sobre a arrecadação tributária e o déficit fiscal;
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação da execução do PL, a fim de acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas e a efetividade das ações implementadas;
- Promover a divulgação ampla e transparente dos programas de regularização fiscal, visando alcançar um maior número de contribuintes e garantir a adesão voluntária aos benefícios oferecidos;
- Garantir a capacitação adequada dos servidores da PGFN e demais órgãos envolvidos na implementação do PL, a fim de assegurar uma gestão eficiente e transparente dos processos de negociação e cobrança de dívidas fiscais.

Considerações Finais

Em síntese, o PL 182/2024 representa um importante avanço no campo da gestão fiscal, ao propor medidas que visam facilitar o pagamento de dívidas e promover a regularização fiscal dos contribuintes. A sua implementação efetiva requererá o engajamento e a colaboração de todos os atores envolvidos, bem como a adoção de práticas de transparência e controle social. Acreditamos que, com ajustes adequados e uma gestão eficiente, o projeto poderá contribuir significativamente para a melhoria do ambiente de negócios e o fortalecimento

Apreciação Final:

O PL 182/2024 demonstra-se alinhado aos princípios da eficiência administrativa e da promoção do equilíbrio fiscal, essenciais para a consolidação do desenvolvimento econômico e social do país. Ao propor medidas que incentivam a regularização fiscal e facilitam o pagamento de dívidas, o projeto busca não apenas recuperar recursos financeiros para o Estado, mas também fomentar a atividade econômica e reduzir as distorções no sistema tributário.

No entanto, é importante ressaltar a necessidade de cautela na implementação das medidas propostas, a fim de evitar eventuais distorções e garantir a justiça fiscal. A concessão de benefícios e descontos deve ser realizada de forma

criteriosa, de modo a evitar privilégios indevidos e assegurar a equidade no tratamento dos contribuintes.

Por fim, recomendamos que o PL 182/2024 seja submetido a um amplo debate público, envolvendo os diversos setores da sociedade, a fim de aprimorar seu conteúdo e garantir sua adequação aos interesses coletivos. Somente por meio de uma gestão participativa e transparente será possível alcançar os objetivos almejados e promover uma verdadeira transformação no cenário fiscal do país.

Considerações Finais e Encaminhamentos:

Diante do exposto, concluímos que o PL 182/2024 apresenta-se como um instrumento legislativo relevante para aprimorar a gestão das dívidas fiscais, promover a regularização dos contribuintes e fortalecer a arrecadação tributária. No entanto, sua efetiva implementação requer um acompanhamento constante e a adoção de medidas complementares, a fim de assegurar a eficácia das ações propostas.

Por conseguinte, recomendamos que o presente parecer seja encaminhado às instâncias competentes para análise e deliberação, com vistas a subsidiar a tomada de decisão quanto à aprovação e eventual modificação do PL 182/2024. Ademais, sugerimos que sejam promovidos debates e audiências públicas sobre o tema, visando ampliar o diálogo com a sociedade e enriquecer o processo legislativo.

Ressaltamos, por fim, a importância de se manter o compromisso com os princípios da legalidade, transparência e eficiência na gestão fiscal, garantindo que as medidas adotadas estejam em consonância com o interesse público e contribuam para o desenvolvimento sustentável do país.

ICMBio, IBAMA e Receita Federal:

A previsão legal para a utilização de títulos para o abatimento de dívidas junto ao fisco e autarquias, como o ICMBio, IBAMA e Receita Federal, pode variar de acordo com a legislação específica de cada órgão. No entanto, de maneira geral, existem

dispositivos legais que permitem essa prática, desde que observadas as condições e procedimentos estabelecidos.

Para a Receita Federal do Brasil, por exemplo, a Lei nº 13.988/2020, que dispõe sobre a transação tributária, prevê a possibilidade de utilização de diversos tipos de créditos, incluindo títulos da dívida pública, para a quitação de débitos junto ao fisco federal. Já o ICMBio e o IBAMA podem se basear em normativas específicas que estabelecem as condições para a utilização de títulos na compensação de dívidas ambientais, como multas por infrações ambientais.

Além disso, é importante ressaltar que a utilização de títulos para abatimento de dívidas normalmente está sujeita a regulamentações complementares emitidas pelos respectivos órgãos, as quais podem estabelecer requisitos, limitações e procedimentos específicos para essa modalidade de pagamento.

Em relação à Receita Federal do Brasil, a Lei nº 10.522/2002, em seu artigo 19, autoriza a utilização de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal para a quitação de débitos de natureza tributária ou não tributária administrados por esse órgão. Já para o ICMBio e o IBAMA, as disposições legais podem estar previstas em leis específicas sobre meio ambiente e proteção da fauna e flora, as quais estabelecem os procedimentos e condições para a compensação de multas ambientais por meio de títulos ou outras formas de pagamento.

Além das leis específicas, é importante considerar também eventuais regulamentações, portarias ou instruções normativas emitidas pelos órgãos competentes, que podem detalhar os procedimentos e critérios para a utilização de títulos na quitação de dívidas. Essas normativas costumam estabelecer requisitos quanto à forma dos títulos, prazos de validade, procedimentos para sua apresentação e demais aspectos relevantes para a operação de compensação.

Dessa forma, a previsão legal para a utilização de títulos para o abatimento de dívidas com o fisco e autarquias está respaldada tanto por legislação específica quanto por normativas complementares, garantindo a segurança jurídica e a eficácia desse mecanismo de pagamento.

O Artigo 26, o mais importante:

O artigo 26 do Projeto de Lei em questão trata da possibilidade de utilização de propriedades particulares para a quitação de dívidas fiscais. Esse artigo propõe que tanto pessoas físicas quanto jurídicas tenham a opção de oferecer imóveis próprios como forma de pagamento de débitos junto ao fisco.

No caso de pessoas físicas, isso significa que um contribuinte poderá utilizar um imóvel de sua propriedade, como uma casa ou um terreno, para compensar ou abater suas dívidas tributárias. Já no caso de pessoas jurídicas, empresas poderão oferecer imóveis que estejam em seu nome como forma de regularizar pendências fiscais perante os órgãos competentes.

Essa medida visa proporcionar aos contribuintes uma alternativa viável para quitar suas dívidas, especialmente em situações em que o pagamento em dinheiro não seja possível ou vantajoso. Além disso, ela também pode beneficiar o Estado, permitindo a arrecadação de recursos por meio da transferência de propriedades, o que pode ser uma opção interessante para ambos os lados envolvidos.

Portanto, o artigo 26 do projeto de lei propõe uma forma alternativa de quitação de dívidas fiscais, permitindo que tanto pessoas físicas quanto jurídicas utilizem propriedades imobiliárias de sua titularidade para este fim. Essa medida visa oferecer aos contribuintes uma opção adicional para regularizar suas obrigações tributárias, ao mesmo tempo em que pode auxiliar na recuperação de créditos pelo Estado por meio da transferência de propriedades.

Despacho:

Em análise técnica foi observado que há a necessidade da criação de um estatuto do crédito de carbono, determinando com poder de lei os limites legais e determinando as obrigações tributárias, destinações e ações necessárias para uma atuação mais eficiente.

O mais importante para a manutenção, criação e gerenciamento do sistema é determinar as penalidades que devem ser previstas e também a possibilidade de relações comerciais, manutenção de infraestrutura e ações de fomento.


Diante do exposto, este corpo técnico posiciona-se **FAVORÁVEL** às proposições supracitadas, acima elencadas, com o intuito de instruir e fomentar a discussão e aperfeiçoamento por parte das casas legislativas.

Esta é a Nota Técnica, que submeto à apreciação superior.

Respeitosamente:

Alexandre Victor Borges Scavardoni

Consultoria ambiental

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE VICTOR BORGES SCAVARDONI**
Data: 15/02/2024 16:32:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>